

boletim ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas Seção Sindical/ANDES-SN

>>> ATAQUE À EDUCAÇÃO

Bloqueio de recurso da Ufam gera déficit de R\$ 29 mi e afeta pesquisas

Daisy Melo

As pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) serão um dos pontos mais afetados com o corte de recursos imposto pelo governo Bolsonaro. O impacto é tão grande que gera um déficit de R\$ 29 milhões nas contas da Universidade. Sem a verba, a instituição corre o risco de funcionar apenas até o mês de julho deste ano.

Essas informações constam no relatório “Bloqueio Orçamentário e seus impactos na universidade”, do Departamento de Orçamento da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan). O levantamento considera os dados até 15 de maio deste ano.

O Ministério da Educação (MEC) anunciou no dia 30 de abril que todas as universidades federais do país iriam sofrer corte de 30% nos orçamentos. A medida foi tomada após o MEC ser alvo de críticas por ter reduzido as verbas destinadas às universidades de Brasília (UnB), Federal Fluminense (UFF) e Federal da Bahia (UFBA). O corte de recursos das três instituições foi anunciado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo. Na ocasião, o ministro disse que o bloqueio foi decidido porque as instituições estariam com dinheiro sobrando para “fazer bagunça e evento ridículo”.

Corte de 37,3% na Ufam

Do total de R\$ 38,3 milhões blo-



Na manifestação do Dia 15, estudantes da Ufam protestaram contra o corte de verbas que afeta as pesquisas

queados na Ufam, R\$ 31,3 milhões são referentes a “despesas correntes”, que abrangem, entre outros itens, o custeio de projetos como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibit); Programa Atividade Curricular de Extensão (Pace); Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (Parec); monitoria e estágio obrigatório.

O corte de -20,91% nas “despesas

correntes” deste ano afeta também a manutenção (água, energia, limpeza, segurança etc.) da Universidade. Considerando todos os recursos para pagamentos das despesas, a Ufam calcula um déficit de R\$ 29,6 milhões, uma vez que dos R\$ 84,5 milhões necessários (estimados com base no ano de 2018) a Universidade passa a ter disponível somente R\$ 54,8 milhões.

Esse valor residual garante o funcionamento da Ufam apenas por mais dois meses. “Nessa perspectiva, se o

bloqueio virar corte orçamentário, o montante disponível à Ufam será suficiente apenas até a julho/2019, do contrário os cortes que teriam que ser realizados para enquadrar as despesas no novo orçamento inviabilizarão as atividades da instituição”, afirma a Proplan no relatório.

Além das “despesas correntes”, a Ufam teve corte de R\$ 7 milhões no orçamento para “investimentos”. Esse bloqueio também gera prejuízo às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, segundo a Proplan, “em razão da inviabilidade da aquisição de equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades”. Outro impacto é o risco de paralisação de obras já em andamento e com cronograma de empenho para o ano de 2019. Entre “despesas correntes e investimentos”, o orçamento da Ufam teve um corte total de 37,39%.

PEC da morte

O presidente da ADUA-SSind., professor Marcelo Vallina, ressaltou que os cortes nas universidades públicas se realizam no contexto da Emenda Constitucional (EC) 95/16 que não permite o aumento das despesas para além da inflação. “Se consideramos valores orçamentários atualizados a março de 2019, os cortes significam que a Ufam está com um orçamento em custeio e investimento similar ao de 2010. Se em termos orçamentários o retrocesso é de quase 10 anos, os prejuízos no ensino, pesquisa e extensão são incalculáveis”, disse.

Conhecida como “PEC da Morte”, a emenda foi aprovada em 2016, durante o governo de Michel Temer, e instituiu o Novo Regime Fiscal. Essa foi uma das medidas mais duras para a educação pública, pois congela os investimentos sociais (educação, saúde e assistência social) por 20 anos, utilizando como base o cálculo dos investimentos vinculados à variação da inflação. Dessa forma, o orçamento destinado às instituições de ensino fica definido apenas pelo montante executado e pago no ano anterior.

Bolsas em risco

Uma das universidades mais antigas do país, a Ufam possui 30,5 mil alunos na capital e no interior do Estado, e o registro de 19 marcas, 55 patentes, 16 desenhos industriais e 51 programas de computador. Atualmente, a produção científica da instituição é garantida por meio de 366 bolsas via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam); 245 via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e 561 via Ufam.

Mas, tudo isso está sob forte ameaça. Além do corte de recursos no orçamento da universidade - que já afeta a manutenção da pesquisa e da extensão -, o governo Bolsonaro determinou, no início do mês de maio, a suspensão de bolsas de pesquisas.

Somente a Ufam sofreu o corte de



Este é um projeto de desmonte da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, não por acaso as ações dos grandes grupos econômicos, que tratam a educação como mercadoria, dispararam no “casino financeiro” após os cortes”

- Marcelo Vallina, presidente da ADUA

32 bolsas de mestrado e doutorado. Desse total, 27 são oriundas da Capes, sendo 10 de doutorado e 17 de mestrado. Além dessas, foram retiradas uma de doutorado e quatro de mestrados da cota da Pró-Reitoria. As informações, obtidas pela ADUA-SSind, são da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesp).

Ainda de acordo com a Propesp, das 10 bolsas de doutorado, seis são de Agronomia Tropical; duas de Biotecnologia e duas Ciências Pesqueiras nos Trópicos. Das 17 bolsas de mestrado, quatro são de Agronomia Tropical; duas de Ciências da Saúde; quatro de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia; uma de Enfermagem; uma de Ensino de Ciências

e Matemática; uma de Física; três de Matemática e uma de Zoologia.

E esse não foi o único golpe à educação desferido pelo governo de ultradireita. Dias antes de comunicar o corte de 30% nos orçamentos das universidades, o presidente Jair Bolsonaro afirmou, pelo Twitter, que o governo iria “descentralizar” recursos para áreas de humanas, como Filosofia e Sociologia, em universidades. Segundo ele, o objetivo é “focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte”, como Veterinária, Engenharia e Medicina.

No dia 29 de abril, a comunidade acadêmica da Ufam se manifestou contra essas ameaças do governo de cortes nas áreas de Filosofia e Sociologia, em ato no hall do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS). “Este é um projeto de desmonte da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, não por acaso as ações dos grandes grupos econômicos, que tratam a educação como mercadoria, dispararam no ‘casino financeiro’ após os cortes”, comentou Vallina.

Os ataques do governo à educação e, particularmente, às universidades públicas nesses primeiros meses de gestão eclodiram com a organização de duas grandes mobilizações: o Dia Nacional da Educação (15 de maio), e o 2º Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública (30).

No Amazonas, milhares participaram das manifestações. Foram registrados atos na capital e em municípios do Estado onde há institutos da Ufam. Aulas públicas, manifestações artísticas e passeatas foram alguns dos atos organizados por estudantes, trabalhadores e trabalhadoras da Educação, e a sociedade em geral.

Em continuidade à agenda de lutas, o ANDES-SN, a ADUA, demais entidades dos trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais e populares prepararam a Greve Geral de 14 de junho. O objetivo é manter as mobilizações, principalmente, contra os golpes à educação e à previdência social.

>>> ARTIGO

Liberdade de ensinar e aprender: por educação, ciência e tecnologia públicas

Diretoria Nacional do ANDES-SN*



FERNANDA ROUVENAT/REPRODUÇÃO

Os sucessivos ataques à educação levaram para as ruas estudantes de todo país que protestaram contras as ações do governo Bolsonaro

O ANDES-Sindicato Nacional repudia a política de contingenciamento no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Educação. Esses cortes afetam diretamente as pesquisas nas universidades, institutos, Cefet e centros/institutos de pesquisa e colocam o país refém da produção científica internacional.

As Universidades Públicas, juntamente com os demais órgãos governamentais de pesquisa, são responsáveis por 95% da pesqui-

sa científica no país. No entanto, apesar da sua importância no desenvolvimento científico, os investimentos públicos têm sido alvo dos mais severos cortes nos últimos anos.

A aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, impôs limites de gastos para o financiamento dos direitos sociais e, assim, demarca um grande refluxo no âmbito das políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil. O crescimento real no financiamento da Ciência observado ao longo da primeira década do século XXI, principalmente nos recursos des-

tinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, entrou em queda livre a partir de 2014.

A construção de um projeto de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia para o país, que contribua para a construção do saber científico, a ampliação dos horizontes de liberdade, a expansão da capacidade de percepção de nossos sentidos e de compreensão das relações existentes entre natureza, sociedade e indivíduo, perpassa pela defesa explícita do financiamento público para as instituições de pesquisa públicas.

Nesse sentido, compreende-

mos que o crescimento do financiamento público possibilita a expansão do principal sistema de pesquisa estruturado no país, que se encontra no interior das universidades públicas, institutos, Cefet e dos centros/institutos de pesquisa públicos. Considerando os valores corrigidos pela inflação, o Ministério de Ciência e Tecnologia realizou a sua maior despesa no ano de 2013, com o quantum de R\$ 12,7 bilhões. Em 2018, o total de despesas fechou na casa de R\$ 8,7 bilhões, uma redução real de R\$4 bilhões, ao mesmo tempo em que houve a incorporação de outras pastas ao ministério.

O impacto desse corte foi sen-



Chamamos nossas bases para se somarem às mobilizações com a finalidade de defender as bandeiras históricas de nosso sindicato, especialmente a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, assim como a verba pública para ciência e tecnologia públicas”

tido, severamente, no financiamento dos programas de pós-graduação stricto sensu a partir da redução do quantitativo de bolsas (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e dos recursos para o desenvolvimento de pesquisa. O CNPq reduziu, de 2013 a 2018, as suas despesas totais em 56%, despendendo de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 1,3 bilhão. O impacto nas bolsas de pós-graduação foi maior, alcançou os 60%, com redução real de R\$ 2,4 bilhões, em 2013, para R\$ 972 milhões, em 2018. Ao mesmo tempo, os cortes orçamentários no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foram astronômicos. Em 2013, o FNDCT

executou o montante de R\$ 4,1 bilhões, contudo, encerrou o ano de 2018 com R\$ 762 milhões, uma redução real de 81%.

Na Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação, a situação também é alarmante. A coordenação é responsável pelo maior volume de recursos destinados às bolsas de pós-graduação no país, contudo enfrenta grande corte de recursos. De 2015 a 2018, os valores reais dos cortes somaram R\$ 5,6 bilhões, ao reduzir de R\$ 9,1 bilhões para R\$ 3,4 bilhões, com alto impacto nas bolsas ao sair dos R\$ 7,1 bilhões, em 2015, para R\$ 2,2 bilhões, em 2018, portanto acumulando perdas de 68%.

A política implementada pelo atual governo continua e intensifica os ataques aos direitos sociais (saúde, trabalho, previdência, educação, esporte e lazer, habitação, cultura, ciência e tecnologia). O presidente Bolsonaro atacou a Ciência e Tecnologia ao anunciar, no dia 29 de março, cortes na ordem de R\$ 2,1 bilhões para esse Ministério e de R\$ 5,8 bilhões para o Ministério da Educação. Trata-se de um completo desmonte da estrutura pública, especialmente das instituições federais de ensino e pesquisa.

Um corte de tal magnitude implica na paralisia de projetos de pesquisa e de cooperação internacional, bem como no desmantelamento de programas de doutorado, mestrado e iniciação científica causando um enorme prejuízo não somente para o desenvolvimento da pesquisa, no Brasil, mas também, principalmente, para a sociedade brasileira.

Destaca-se que, *pari passu* aos cortes orçamentários para a Ciência e a Educação perpetrados pelo governo federal, há que se combater e lutar pela revogação do atual Marco Legal da Ciência, Tecnolo-

gia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), que se configurou como o arcabouço jurídico para consolidar a conexão da produção científica, tecnológica e inovativa às demandas empresariais, e aprofundar a precarização e a intensificação do trabalho docente no interior das universidades públicas.

Diante de tal quadro o ANDES-Sindicato Nacional soma sua voz de protesto à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, denunciando o desmonte da pesquisa no Brasil, que se aprofunda a partir das medidas do atual governo, na defesa de uma política de Ciência e Tecnologia voltada para a sociedade e financiada com recursos públicos, com plena independência dos interesses privados.

Entendemos que a defesa do papel do(a) professor(a) e de sua formação, a manifestação contra o obscurantismo anti-intelectual, a ênfase no papel dos investimentos públicos para o desenvolvimento da ciência e para a educação de qualidade e a defesa das liberdades democráticas são elementos que nos aproximam da agenda proposta pela SBPC e, por isso, chamamos nossas bases para se somarem às mobilizações com a finalidade de defender as bandeiras históricas de nosso sindicato, especialmente a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, assim como a verba pública para ciência e tecnologia públicas.

Liberdade de ensinar e aprender: por educação, ciência e tecnologia públicas.

**O ANDES-SN articulou a ideia de unificar as mobilizações nas instituições de ensino pelo selo: “Liberdade de ensinar e aprender: por uma educação, ciência e tecnologia públicas” para fazer frente à onda de perseguição e de criminalização de professores e aos cortes de verbas.*

>>> ARTIGO

Carta aberta ao ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ennio Candotti*

Nos dias 8 e 9 de maio a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e representantes de Sociedades Científicas participaram de audiências públicas no Congresso e de reuniões abertas com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes. Manifestaram aos congressistas e ao ministro a sua severa preocupação com os cortes do orçamento para Ciência e Tecnologia, bolsas e auxílios à pesquisa.

No dia 9, durante um encontro no MCTIC, entreguei em mãos ao ministro uma carta aberta que havia redigido dias antes junto com o físico Sergio Rezende, o antropólogo Otavio Velho e o físico Sergio Mascarenhas, presidentes de honra da SBPC.

Transcrevo aqui a carta que registra nossa indignação com as políticas de governo e os inconsequentes cortes orçamentários. A questão da Soberania Nacional ameaçada com o desmonte do Sistema Nacional de C&TI é a nossa principal preocupação.

Exmo. Sr. Ministro,

Temos acompanhado as batalhas que V. Exa. tem travado nos últimos tempos para reverter os cortes orçamentários determinados pelo Ministério da Economia.

Parece-nos, no entanto, oportuno alertá-lo que as atuais diretrizes de Governo para C&T comprometem gravemente o desenvolvimento nacional, o bem público, o progresso da ciência e a defesa da soberania nacional. Estas diretrizes de Governo transcen-

dem as questões orçamentárias.

O Sistema de Ciência e Tecnologia, seus institutos, universidades e agências de fomento têm contribuído nos últimos 70 anos para oferecer aos governos, ao sistema produtivo e à sociedade, conhecimentos que permitiram promover o desenvolvimento, elevar a produtividade da indústria e da agricultura, a compreensão da sociedade e dos conflitos sociais que nela encontramos. Permitiram também que o Brasil ocupasse um lugar digno no quadro internacional do progresso científico.

Lembramos que a concepção e redação da Constituição de 1988 foi influenciada pelos conhecimentos e progressos científicos, alcançados até aquele momento por meio das pesquisas em nossos Institutos, Universidades e Centros de Pesquisa.

A SBPC teve a oportunidade e

a honra de oferecer subsídios para a redação dos Artigos de Ciência e Tecnologia (Art 218), Meio Ambiente (225), Direitos Humanos (1, 4 e 5), dos Índios (231), da Educação (205 a 214) e da Cultura (215 e 216).

Durante os debates que precederam a redação da Carta Magna o conceito de Soberania Nacional foi enriquecido com a incorporação do princípio que para defendê-lo é necessário o domínio do conhecimento de nossos recursos naturais e biodiversidade, da nossa cultura, história e sociedade, e sobretudo é necessário desenvolver a capacidade de acompanhar, e mesmo produzir, conhecimentos científicos novos que contribuam não apenas para reconhecer e explorar o patrimônio social, cultural e natural, mas também para o progresso da ciência básica e aplicada. De interesse nacional ou da



própria humanidade.

Foi com esse propósito que se incluíram na Constituição os Artigos acima mencionados, em que se determina ser de interesse nacional o estudo e a proteção do patrimônio genético, da Amazônia, do Pantanal, da Mata Atlântica, da Caatinga e da Zona Costeira bem como do patrimônio cultural, arqueológico e paleontológico.

Foi por essa razão que no Art. 218 a Constituição “facultou aos Estados e Municípios e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento do ensino e à pesquisa científica e tecnológica”. Artigo que possibilitaria em 1990 incluir nas Constituições Estaduais os recursos vinculados que financiariam as Fundações de Apoio à Pesquisa.

As mencionadas diretrizes de Governo, que hoje nos preocupam, indicam que as determinações constitucionais de fomentar o conhecimento e a ciência para promover o desenvolvimento e defender a Soberania Nacional, estão sendo traídas. Trata-se de diretrizes políticas que fragilizam a própria capacidade de discernimento dos grandes desafios do mundo contemporâneo e destemperam os instrumentos de defesa da Soberania Nacional.

Vejamos alguns exemplos entre tantos outros que as diferentes áreas das ciências naturais, humanas e sociais poderão trazer para o debate da política de C&T.

1. A Amazônia dificilmente pode ser defendida com armas de ferro e fogo. As informações relevantes do patrimônio genético presente no laboratório de biodiversidade que nela encontramos estão contidas em cápsulas de dimensões microscópicas: 10-6m. Fora do alcance dos detectores de metais e instrumentos de persuasão dos guardas de fronteira.

Esse patrimônio deve ser es-

tudado e conhecido para ser protegido. Toda proteção é necessariamente seletiva e depende do conhecimento que acumulamos com nossas pesquisas.

A esse respeito devemos lembrar que na Amazônia existem apenas duas pós-graduações em Botânica. Deveríamos ter, pelo menos, 20 para cumprir as determinações constitucionais e subsidiar programas, civis ou militares, de defesa da Soberania Nacional sobre o patrimônio botânico.

2. Grandes investimentos vêm sendo realizados pelos países que lideram a economia mundial, na produção de alimentos fruto de novas descobertas da bioengenharia nas pesquisas com células-tronco animais ou vegetais. Isto significa que, em breve, o boi perderá valor de mercado. É nosso dever alertar o Ministério da Agricultura e Pecuária que é efêmera a glória dos seus atuais negócios. Uma nova agricultura deve ser pensada (o documento elaborado pela Embrapa “Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira” oferece importantes informações a respeito).

A política de Ciência e Tecnologia deveria preparar e subsidiar as diretrizes de Governo voltadas a garantir nossa soberania econômica e alimentar, além da territorial. A Amazônia nos oferece uma rica biblioteca de códigos genéticos da biodiversidade, ela é um imenso arquivo de uma grande variedade de células-tronco. Essa biblioteca deveria ser melhor estudada, suas linguagens decifradas, antes de destruí-la para engordar gado.

3. Grandes investimentos vêm sendo realizados na área da Inteligência Artificial pelos países que lideram a economia mundial e prezam por sua Soberania Nacional, um campo de conhecimento que revoluciona o próprio sistema de defesa de

terra, mar e ar, exigindo que aos três tradicionais vetores da defesa, seja acrescentado um quarto, o da inteligência. Acréscimo que exige um certo entendimento e cooperação entre o Sistema de Ciência e Tecnologia civil e os tutores militares da defesa da Nação. Um Sistema que desde suas origens (na criação do CNPq, em 1950, e da Finep-FNDCT, em 1970) se preocupou com a formação da competência científica e tecnológica, capaz de promover o desenvolvimento e defender a Soberania Nacional, em suas dimensões econômicas, sociais, militares e geopolíticas.

Há outros exemplos que poderiam ser acrescentados, desde a computação quântica à química de produtos naturais, dos paleo estudos de nossas origens às culturas que ocuparam a Terra Brasileira desde tempos imemoriais.

Acreditamos, enfim, que atravessamos um momento de grandes decisões políticas, que podem vir a redefinir nosso lugar na Terra. Ocuparemos nos próximos tempos um lugar digno entre os países soberanos ou uma cela entre os subalternos? A inteligência o dirá.

É imperativo hoje denunciar que o atual Governo rompeu o pacto registrado na Constituição de 1988, que após 20 anos de ditadura unia a sociedade: comunidade científica, política, trabalhadores, indústria, agricultura e mesmo as forças armadas, em torno de um Projeto de Desenvolvimento Nacional.

A História não perdoaria a nossa omissão neste momento e tanto menos perdoará o silêncio dos tutores da defesa da soberania de terra, mar e ar.

**Ennio Candotti é Diretor do Museu da Amazônia, presidente de honra da SBPC e foi professor voluntário da Ufam (2014-2017).*

>>> RÁPIDAS

Milhares participam do 15M no Amazonas

No Amazonas, milhares de pessoas participaram da Greve Nacional da Educação, no dia 15 de maio. Foram registrados atos na capital e em municípios do Estado onde há institutos da Universidade de Federal do Amazonas (Ufam). Aulas públicas, manifestações artísticas e passeatas na chuva foram algumas mobilizações organizadas por estudantes, trabalhadores e trabalhadoras da Educação, e a sociedade em geral. A ADUA apoiou, organizou e participou das atividades. [Leia mais](#)

Classe trabalhadora é convocada para Greve Geral

Movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais convocam, de maneira unificada, a Greve Geral para 14 de junho. A pauta central será a defesa do direito de aposentadoria e o repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/19, a Contrarreforma da Previdência apresentada pelo governo Bolsonaro. A defesa contra os ataques à educação pública brasileira, defendida na Greve Nacional da Educação, também será uma das maneiras levantadas durante a manifestação. [Leia mais](#)

Credenciamento do Conad vai até 4 de julho

Iniciado em 20 de maio, o credenciamento para o 64º Conselho do ANDES-SN (Conad) pode ser feito até 4 de julho. Os interessados devem enviar, para o ANDES-SN, a documentação regimental para inscrição de delegada ou delegada e observadores e observadoras suplentes do delegado ou da delegada. Com tema central “Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas”, o encontro será realizado de 11 a 14 de julho, em Brasília (DF). [Leia mais](#)

>>> AGENDA

Reunião das IFES, IEES e IMES

Avaliação da Greve Nacional da Educação (15 de maio), Construção da Greve Geral do dia 14 de junho; Medida Provisória (MP) 873/2019 e Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019 (Contrarreforma da Previdência). Esses são alguns itens da pauta da reunião conjunta dos Setores das Ifes e das Iees/Imes, a ser realizada no próximo mês. O encontro irá ocorrer na sede do ANDES-SN. [Leia mais](#)

Congresso da CSP-Conlutas

A Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) realiza de 15 a 18 de agosto, o 4º Congresso Nacional da entidade, em São Paulo (SP). O regimento para o encontro foi aprovado em reunião da Coordenação Nacional da entidade, de 3 a 5 de maio. As inscrições de participantes das entidades sindicais e movimentos populares podem ser feitas até o dia 24 de julho. Já a data limite para inscrição dos movimentos de luta contra a opressão e juventude é 9 agosto. [Leia mais](#)

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/03/2019 A 31/03/2019

QUADRO RESUMO MENSAL	Janeiro	Fevereiro	Março
Receitas	R\$ 91.780,70	R\$ 98.083,10	R\$ 97.086,90
Despesas	R\$ 90.556,83	R\$ 61.208,59	R\$ 81.717,05
SALDO ANTERIOR	R\$ 124,37	R\$ 1.636,15	R\$ 2.254,85
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$ 1.500,00	R\$ 28.765,91	R\$ 45.583,88
Saldo Fundo de caixa	R\$ 1.636,15	R\$ 2.254,85	R\$ 1.552,95
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$ 229.961,96	R\$ 230.732,33	R\$ 231.469,67
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$ 239.107,57	R\$ 229.961,96	R\$ 230.732,33
Aplicações no Mês	R\$ -		R\$ -
Rendimento de Aplicações	R\$ 864,09	R\$ 770,37	R\$ 737,34
Resgate de Aplicações	-R\$ 10.009,70		R\$ -
SALDO ATUAL	R\$ 233.222,48	R\$ 263.389,24	R\$ 278.606,50

*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

boletim ADUA

O boletim ADUA é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SSind. do ANDES-SN).

Diretoria:
 Marcelo Mario Vallina (presidente); Luiz Fernando Souza Santos (1º vice-presidente); Milena Fernandes Barroso (2º vice-presidente); Ana Cristina Fernandes Martins (1ª secretária); Nereide de Oliveira Santiago (2ª secretária); Ana Lúcia Silva Gomes (1ª tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2º tesoureiro).

Diretora responsável:
 Milena Barroso

Assessora de Comunicação:
 Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Designer:
 Rebecca Pessoa

Projeto gráfico:
 Rafael Miranda

Endereço:
 Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005 Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:
 aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

(92) 98138-2677

www.adua.org.br